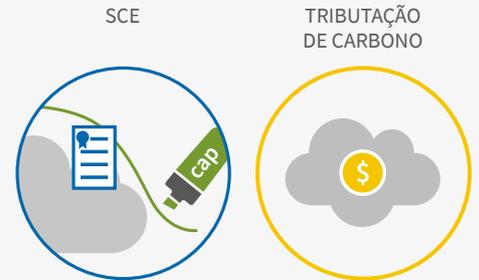


O COMÉRCIO DE EMISSÕES E A TRIBUTAÇÃO DE CARBONO: DOIS INSTRUMENTOS, UMA META

Os sistemas de comércio de emissões (SCEs) e a tributação de carbono são dois instrumentos bem estabelecidos de precificação de carbono para reduções custo-efetivas de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Um SCE funciona com base no princípio do "cap-and-trade". O governo impõe um limite (cap) ao total de emissões e as empresas devem possuir uma permissão para cada tonelada de emissões que produzem. Podem receber, comprar ou comercializar permissões, e seu valor representa o preço do carbono. Com um tributo sobre o carbono, o governo estabelece uma alíquota e as empresas abrangidas pelo tributo são obrigadas a pagar essa quantia por cada tonelada de emissões.



O que eles têm em comum?

1. ELES IMPÕEM UM PREÇO SOBRE O CARBONO: Tanto o SCE como a tributação de carbono segue o princípio do poluidor-pagador. Impõem um preço explícito sobre o carbono, encorajando produtores e consumidores a internalizar parte do custo social das emissões de GEE. Isso ajuda a tornar as alternativas de baixo carbono mais atrativas, alterando os padrões de consumo e apoiando os investimentos de baixo carbono.

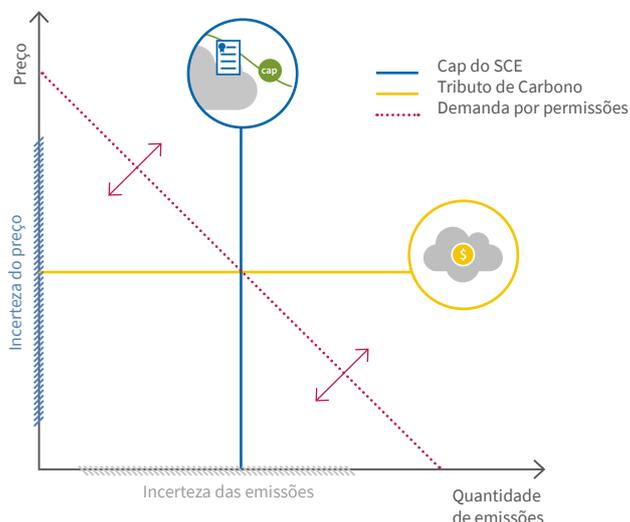
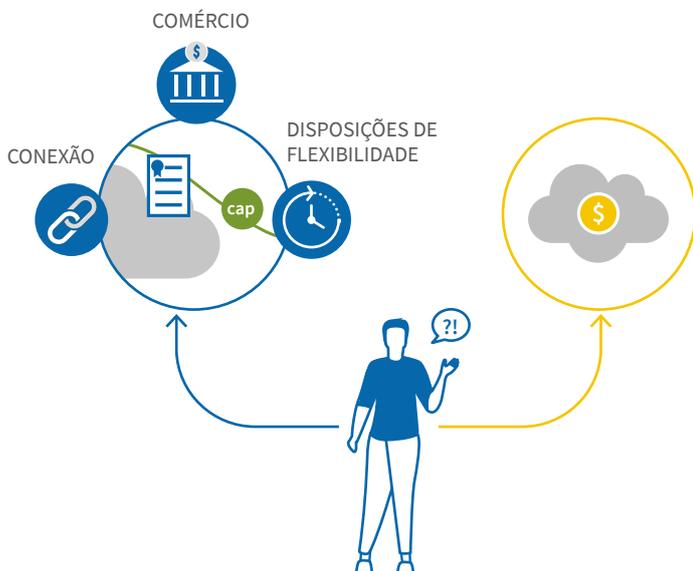
2. SÃO CUSTO-EFETIVAS: Um preço de carbono não diz às pessoas que medidas devem tomar para reduzir as emissões. Pelo contrário, indivíduos e empresas decidem a melhor forma de responder ao preço. Isso significa que, na economia como um todo, tanto um SCE como um imposto de carbono podem atingir mais reduções ao mesmo custo de outras políticas climáticas.



3. PODEM GERAR RECEITAS: Tal como outros impostos, um tributo de carbono aumentará as receitas públicas, ao mesmo tempo que desencoraja o comportamento poluente. Um SCE que leiloa permissões também pode gerar receitas. As receitas da precificação de carbono podem ser utilizadas, por exemplo, para investir em medidas climáticas e energéticas, financiar reformas fiscais, pagar a dívida pública, apoiar programas sociais, ou compensar famílias.

Quais são suas principais diferenças?

1. CERTEZA DE QUANTIDADE X CERTEZA DE PREÇO: Ao estabelecer um cap, um SCE determina a quantidade total de emissões e assegura assim o resultado de mitigação da política. Consequentemente, o preço do carbono em um SCE varia em função da procura por permissões. O preço pode ser mais elevado quando a economia está em expansão e mais baixo durante uma recessão. Por outro lado, um tributo de carbono proporciona certeza de preço, mas o resultado de mitigação consequente não pode ser fixado.



2. SIMPLICIDADE X FLEXIBILIDADE: Um tributo de carbono pode ser mais fácil de implementar uma vez que utiliza os canais estabelecidos do sistema fiscal e não requer novas infraestruturas para o comércio de permissões. No entanto, o SCE proporciona maior flexibilidade: por exemplo, disposições como compensações, acumulação e empréstimos limitados oferecem às entidades reguladas alternativas em relação a quando e onde reduzir as emissões. Finalmente, existe o potencial de expandir o SCE além das fronteiras através da conexão com outros sistemas, o que não é possível com um imposto de carbono.

O preço do carbono na prática

A escolha entre um SCE e um tributo de carbono depende das preferências de políticas e das circunstâncias da jurisdição. Os dois também não se excluem mutuamente: diversas jurisdições dispõem de SCE e tributos de carbono complementares que abrangem setores diferentes. Outras implementaram a tributação de carbono como um passo em direção ao estabelecimento de um SCE.

APENAS SCE*	SCE E IMPOSTO DE CARBONO	APENAS IMPOSTO DE CARBONO**
CHINA CALIFÓRNIA PILOTOS NA CHINA SCE UE X 17 CAZAQUISTÃO ALEMANHA*	SUÍÇA SCE UE X 14 REINO UNIDO TÓQUIO SAITAMA MÉXICO	ARGENTINA COLÚMBIA BRITÂNICA CANADÁ** CHILE COLÔMBIA JAPÃO CINGAPURA ÁFRICA DO SUL UCRAÍNA
COREIA NOVA ZELÂNDIA QUEBEC NOVA ESCÓCIA RGGI Inc. MASSACHUSETTS		

* A partir de 2021

** Medida federal de 'anteparo' do Canadá aplica-se a províncias que ainda não implementaram precificação de carbono. Até outubro de 2020, isso inclui Alberta, Manitoba, Nova Brunswick, Northwest Territories, Nunavut, Ontário, Ilha do Príncipe Eduardo, Saskatchewan, Yukon.

O melhor dos dois mundos

Ambos os instrumentos evoluíram para se tornarem mais flexíveis, ajustáveis e estáveis. As abordagens híbridas têm surgido ao longo do tempo, tais como preços mínimos e máximos em um SCE. Inversamente, os emissores podem ser capazes de apresentar créditos de compensação em vez de pagar o tributo de carbono. Com uma gama de opções de desenho disponível, a precificação de carbono - independentemente do tipo - é uma ferramenta fundamental para as jurisdições na redução de suas emissões de forma custo-efetiva.

SOBRE A INTERNATIONAL CLIMATE ACTION PARTNERSHIP: a ICAP é um fórum internacional para governos nacionais e subnacionais centrado nas melhores práticas no comércio de emissões. Seu trabalho baseia-se em três pilares principais: o diálogo técnico, o compartilhamento de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades. Para mais informações, consulte o [sítio web da ICAP](#) e seu [mapa de SCEs](#), o [Explorador de Preços de Permissões](#), ou siga-nos no [Twitter @ICAPSecretariat](#). O Secretariado ICAP agradece a equipe PMR Brasil pelo trabalho conjunto nas traduções ao Português.